



ARTIGOS



**A presença negra no
interior paulista - Brasil**





Joana D'Arc de Oliveira

IAU / USP

Vitor Daniel Menck

IAU / USP



A presença negra no interior paulista - Brasil

Resumo

Este trabalho analisa a presença negra no interior paulista tendo como objetos de observação e interpretação os municípios de São Carlos e Americana. Para tal, aborda a presença das africanidades na história e cultura brasileira, destacando as ações empreendidas pelo Estado e pelas elites nacionais, para estereotipar, marginalizar, criminalizar e subjugar as populações negras. Destaca as ações de resistências empreendidas por homens e mulheres negros para garantirem sua subsistência e a manutenção de seus saberes culturais. As análises pautam-se num referencial teórico interdisciplinar, que transita na arquitetura, urbanismo, geografia e história e também em dados angariados por meio do emprego da história oral. Por fim, descortina as histórias, estratégias e memórias das populações negras comumente ocultadas.

Palavras-chave: Presença negra. Memórias Negras. Territorialidades Negras. São Carlos-SP. Americana-SP.

La presencia negra en el interior de São Paulo - Brasil

Resumen

Este artículo analiza la presencia negra en el interior de São Paulo teniendo como objetos de observación e interpretación los municipios de São Carlos y Americana. Para ello, aborda la presencia de las africanidades en la historia y la cultura brasileñas, destacando las acciones realizadas por el Estado y las élites nacionales para estereotipar, marginar, criminalizar y subyugar a las poblaciones negras. Destaca las acciones de resistencia emprendidas por hombres y mujeres negros para asegurar su sustento y el mantenimiento de sus conocimientos culturales. Los análisis se basan en un marco teórico interdisciplinario, que atraviesa la arquitectura, el urbanismo, la geografía y la historia, y también en datos recopilados mediante el uso de la historia oral. Finalmente, desvela las historias, estrategias y recuerdos de las poblaciones negras comúnmente escondidas.

Palabras clave: Presencia negra. Recuerdos negros. Territorialidades negras. São Carlos-SP. Americana-SP.

The Black presence in the interior of São Paulo - Brazil

Abstract

This paper analyzes the black presence in the interior of São Paulo having as objects of observation and interpretation the municipalities of São Carlos and Americana. To this purpose, it addresses the presence of Africanities in Brazilian history and culture, highlighting the actions taken by the State and national elites to stereotype, marginalize, criminalize and subjugate black populations. It highlights the actions of resistance undertaken by black men and women to guarantee their livelihood and the maintenance of their cultural knowledge. The analyzes are based on an interdisciplinary theoretical framework, which runs through architecture, urbanism, geography and history, and also on data collected through the use of oral history. Finally, it unveils the stories, strategies and memories of black populations commonly hidden.

Keywords: Black presence; Black Memories; Black Territorialities; São Carlos-SP; Americana-SP.



Introdução

A bordar as heranças africanas nas culturas materiais e imateriais nos países da América Latina tem sido algo recorrente na atualidade, porém quando nos referimos às áreas de arquitetura e urbanismo destacamos que tais abordagens ainda estão em fase inicial e necessitam de ampliação. Contribuindo para esse processo, vimos desenvolvendo análises do espaço urbano, a partir de uma perspectiva africanista e decolonial, identificando e registrando a presença negra no interior paulista.

No intuito de compreender as características socioculturais de herança africana que colaboraram para o desenvolvimento do Brasil, analisamos o continente africano a partir de uma visão decolonial, rompendo com a abordagem colonialista e estereotipada que reduz o continente a aspectos negativos. A África é 1,7 vezes maior que a América do Sul e é demograficamente dividida em duas regiões, separadas pelo Deserto do Saara. Ao norte, tem-se a África Branca ou África Árabe, onde vivem os árabes-berberes, e ao sul tem-se a África Negra, de onde vieram os negros para o Brasil e, portanto, foco deste artigo.

Diversas sociedades e etnias compõem o continente e cada uma possui sua individualidade cultural, onde são faladas mais de mil línguas. Munanga (2009) explica os conceitos de sociedade, cultura e sua relação. Como sociedade considera-se um grupo de pessoas autossuficientes e cumpridoras de suas necessidades materiais e psicológicas, formando uma unidade com limites bem definidos. Já por cultura, o autor define:

Uma cultura é um conjunto complexo de objetos materiais, comportamentos e ideias, adquiridos numa me-

LAJE

v.2 n.1
p. 106-131
2023

ISSN: 2965-4904

dida variável pelos respectivos membros de uma dada sociedade. As duas entidades são correlativas: uma sociedade não poderia existir sem cultura, essa herança coletiva transmitida de geração em geração e que permite aos descendentes não poder reinventar todas as soluções. Uma cultura supõe a existência de um grupo que a cria lentamente, a viva e a comunique (MUNANGA, 2009, p.29).

Segundo Weimer (2014), etnograficamente a população africana está dividida em oito grandes linhagens: os nilotas, os hamitas, os nilota-hamitas, os sudaneses, os bacas, os bantos, os koikoi e os san. No contexto brasileiro, os processos de mestiçagem dos africanos escravizados tornam difícil discernir a origem étnica das populações afrodescendentes do Brasil atual, porém é possível fazer uma análise a partir das semelhanças das contribuições culturais e linguísticas africanas que resistiram até os dias de hoje.

Os povos com maior presença no Brasil foram os bantos e sudaneses, com destaque aos bantos por chegarem primeiro e em maior número, cujos povos compõem a África Central e Austral (Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e África do Sul). Foram eles os responsáveis pela reconstrução do modelo africano de "quilombo", que vem de *kilombo* e remete a uma instituição sociopolítica e militar que no Brasil era uma forma dos escravizados e livres se oporem à estrutura escravocrata pela implantação de outra estrutura política.

Dentre as diversas contribuições materiais e imateriais bantas, Munanga cita as vastas contribuições na língua portuguesa falada no Brasil, cujo vocabulário apresenta muitas palavras de origem banto que são utilizadas sem consciência de sua origem por todos os brasileiros, como bunda, quitanda, caçula, marimondo, quiabo, jiló e cachimbo, além da contribuição religiosa com o candomblé da Bahia que se espalhou por todo território nacional. Na cultura material, os bantos e sudaneses deixaram diversas contribuições, como instrumentos musicais: tambores de jongo (tambor e candongueiros), ingono ou ingomba, zambé, cuíca e urucungo. Na escultura, os bantos deixaram suas marcas nas figas de madeira e nos objetos de ferro. Na mineração eles introduziram a bateia. Elementos culturais bantos estão presentes também nos congos, quilombos, coco, jongo, maculelê, maracatu, bumba-meu-boi e capoeira, destacando-se o samba, um dos gêneros musicais populares mais conhecidos e que constitui uma das facetas da identidade cultural brasileira.



Weimer (2014) ressalta que, na arquitetura, a imigração forçada de negros africanos reduziu e simplificou as diversas tipologias habitacionais presentes no continente africano, porém resistiram diversos aspectos dos costumes, principalmente os relacionados às atividades ao ar livre e o emprego da taipa.

A história do Brasil é marcada por uma série de conflitos entre a população negra africana detentora de saberes e a população branca europeia exploradora, além dos povos nativos. Segundo Cunha (2019), os processos de formação básica da cultura nacional ocorreram de forma diferente para a população africana devido às ações de opressão exercidas pelos portugueses à remanescente cultura e tradição africana. Um desses processos está diretamente ligado à urbanização brasileira no século XX, que conserva relações de poder herdadas do sistema escravista criminoso, readaptando-o ao período do pós-abolição, quando foram criadas políticas que desqualificaram as populações negras da cidade e fortaleceram as estruturas de poder da população branca.

Na contemporaneidade, 85% da população brasileira vive em meio urbano, que se configura como lócus de intensas e conflituosas relações sociais. Devido à lógica urbanística e certas políticas públicas que ignoram a existência e/ou as particularidades da população negra, esta é colocada em um processo de desqualificação social e marginalização espacial.

Os lugares da população negra são lugares fora das ideias do pensamento urbanístico brasileiro por diversas razões e tem como consequência uma política pública de prejuízos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais para esse grupo. (CUNHA, 2019, p.22).

Nesse contexto, surge o tema dos bairros e cidades negros que, segundo Cunha (2019, p. 10) são "áreas geográficas de existência de formas de vida da população negra, obstruídas e limitadas pelas estruturas do racismo estrutural antinegro". É na cidade e nos bairros que são produzidas a identidade individual e a coletiva, mas atreladas à tradição eurocêntrica, afastando, desde a abolição, traços da cultura e tradição negra.

A urbanização brasileira imprime conceitos europeus que formalizam uma dualidade entre centro e periferia, caracterizada por um "não lugar" em que é escassa a presença do planejamento urbano, dos equipamentos e espaços públicos. É nesses espaços que se concentra a população negra sob nomes como cidade clandestina,

cidade irregular, cidade informal, cidade periférica, como um processo sistemático de inclusão precária das populações negras na sociedade brasileira.

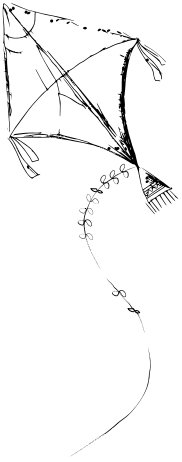
Segundo Chalhoub (2004), as cidades brasileiras no pós-abolição eram espaços de notável presença negra devido ao grande número de trabalhadores e comerciantes antes escravizados, que ocupavam espaços de uso coletivo, como as habitações denominadas como cortiços. As políticas sanitaristas advindas das dificuldades higiênicas desses espaços e as epidemias serviram de pretexto para justificar as remoções sistemáticas dessas populações dos centros urbanos, transferindo-os para áreas periféricas desprovidas de sistemas públicos. Nesse sentido, foram definidos lugares como sinônimos de áreas de maioria afrodescendente, como é o caso de mocambos, arrabaldes, favelas, alagados, palafitas e outras denominações. (CUNHA, 2019).

Com o processo abolicionista em andamento, foram trazidos milhares de imigrantes europeus, de maioria italiana, para "substituir" a mão de obra negra escravizada, acompanhada de um discurso progressista de que europeus civilizados trariam sua cultura para ajudar a desenvolver a nação, além de formular uma teoria racial onde a população europeia etnicamente superior iria, através da miscigenação, branquear a população.

As metas da política da república eram impor uma nação homogênea, moderna, no sentido europeu e sem antagonismos entre a população negra e branca, eliminando as marcas do passado do escravismo criminoso e ignorando os conflitos acumulados durante a sua existência, sem, contudo, fazer nenhuma concessão política, econômica ou social às "classes sociais" afrodescendentes herdeiras desfavorecidas do regime político passado. (CUNHA, 2019, p. 33).

Entre todas as perseguições sofridas pelas populações negras nesse processo, destaca-se a forma como sua tradicionalidade e cultura foram reprimidas e criminalizadas, muitas vezes por forças policiais que as caracterizavam como baderna, desordem, degeneração moral, atraso social, pois estavam distantes do ideal da civilização europeia. Tais perseguições se estendiam às práticas religiosas do Catimbó, Candomblé e Umbanda, além de formas de socialização como batuques, samba, pastoris, maracatus, bumba meu boi, marabaixo, maxambombas, mamolengos, teatro de rua e danças em salões.

Não há espaço na cidade civilizada de maneira europeia para a presença africana, isso se manifesta, segundo Rolnik (1989), em um código de posturas municipal (de São Paulo), em 1886, que proíbe diversas práticas presentes nos territórios negros da cidade, como as quituteiras, pois "atrapalham o trânsito"; os mercados devem ser transferidos, pois "afrontam a cultura e conspurcam a cidade"; os pais-de-santo não podem trabalhar, pois são "embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural."



É importante ressaltar que os negros não foram seres passivos nesses processos. Desde o período escravista já se organizavam em sociedades e irmandades negras que se consolidaram no pós-abolição com atividades culturais e recreativas, incluindo publicações em jornais, produção literomusical e teatral, passeios, piqueniques e bailes em fins de semana em salões alugados ou em sedes próprias. Foram eles os principais responsáveis pelo desmanche da escravidão e pela conquista de seus espaços no pós-abolição e por, mesmo diante dos inúmeros projetos de exclusão, manterem vivas muitas das tradições e traços culturais africanos que formulam uma das principais bases culturais do país.

Nessa perspectiva, tornam-se fundamentais os mapeamentos e registros das estratégias culturais e territoriais empreendidas por negros e negras após o fim do sistema escravista. Frente aos projetos de exclusão e marginalização empreendidos pelo Estado e sociedade civil branca, esses homens e mulheres desenvolveram um rol variado de estratégias de resistência. Nas Américas, onde outrora foram escravizados, estes sujeitos se apropriaram de parcelas dos territórios urbanos e rurais para edificarem seus espaços de morar e neles puderam manifestar suas crenças, tradições e práticas culturais. Para além dessas manifestações, esses territórios se consolidaram como quilombos, onde a organização interna proporciona a subsistência, a proteção e os ensinamentos religiosos e culturais.

Neste artigo, apresentamos o mapeamento da presença negra no espaço urbano, tendo como objetos de análise os municípios de São Carlos e Americana. Ambos os municípios localizados no interior do Estado de São Paulo (ver Figura 1).

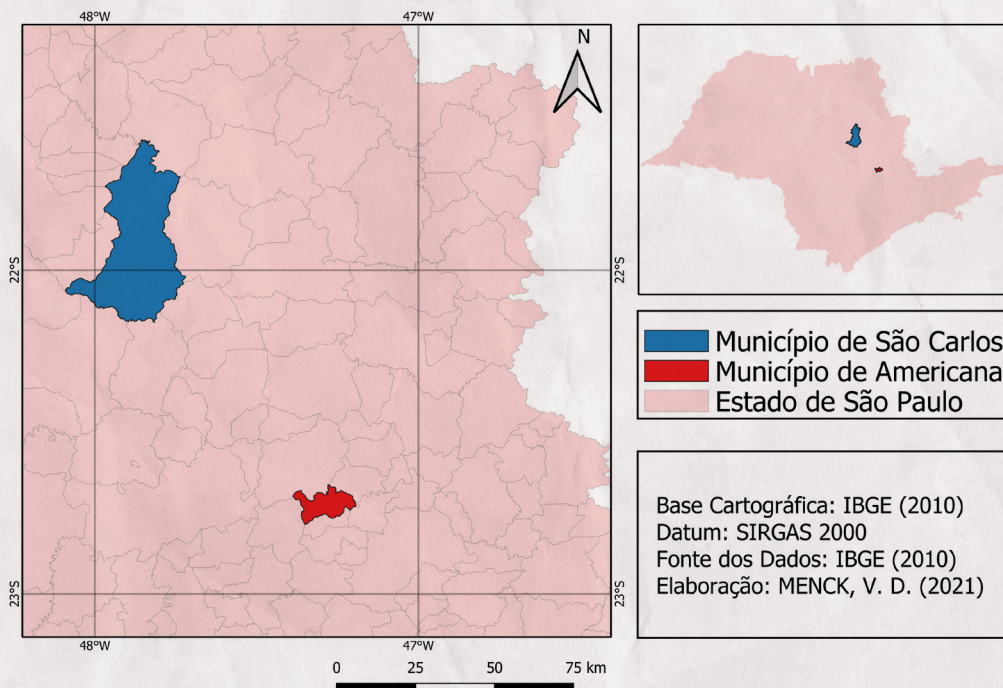


Figura 1 - Mapa de Localização dos Municípios de São Carlos-SP e Americana-SP. Fonte: Vitor Menck, 2021.

São Carlos: história e presença negra

O município de São Carlos integrava, em meados do século XIX, o promissor Oeste Paulista no que tange à produção cafeeira e, assim como outros locais, empregou a mão de obra escravizada para os trabalhos na lavoura e no espaço urbano. Com as proibições ao tráfico transatlântico de escravos, os fazendeiros recorreram ao tráfico interprovincial, tendo no Estado da Bahia seu maior mantenedor. Mesmo que já houvesse experiências com outras formas de trabalho, o negro escravizado foi fundamental para o funcionamento do sistema econômico e social do município. Emília Viotti da Costa (1998) afirma que a maioria das fazendas abertas no Oeste paulista, já nos idos de 1860, continuou a usar escravos como a principal força de trabalho. Na mesma perspectiva, Warren Dean (1977) aponta que a convivência do trabalhador contratado e o escravo não impediram que o número de escravos aumentasse consideravelmente em Rio Claro, o que também pode ser observado em São Carlos, pois em 1874 o número de escravos era de 1.568, passando para 2.464 em 1877. Oito anos depois, de acordo com "Apuração Geral da População Escrava da Província de São Paulo", de 1885, São Carlos possuía um total de 3.725 escravos, sendo destes 2.228 homens e 1.498 mulheres.

No pós-abolição, ao escolher o espaço urbano para vivenciar a sua liberdade arduamente conquistada, como nos apontam inúmeros historiadores, tanto o homem negro como a mulher negra tiveram que elaborar uma série de estratégias de resistência para driblar a conjuntura social, política, econômica e cultural excludente que se solidificou com o fim da escravidão. A conquista de direitos e a afirmação da cidadania tornaram-se um exercício diário para esses sujeitos que elaboraram e reelaboraram mecanismos de integração e defesa. O exercício da autonomia e a liberdade de ir e vir representavam, sem dúvida alguma, a vivência da liberdade para os libertos que, tanto no meio urbano como no rural, adotaram ocupações e modos de vida apoiados em seus anseios, conhecimentos e experiências. Em São Carlos, não podemos afirmar quantos negros escolheram a cidade ou o campo imediatamente após a abolição do sistema escravista, pois não possuímos nenhum documento que registre tais informações. Porém, dezenove anos depois, apoiados no Recenseamento Populacional de 1907, levantamos que dos 38.642 indivíduos recenseados no município, 4.816 foram declarados negros, sendo 3.815 pretos e 1.001 mulatos, ou seja, 12% da população são-carlense era formada por negros.

Esse percentual pequeno, em comparação ao número de indivíduos de cor branca, encontra explicação em diversos fatores, dos quais Walter Fraga Filho (2006) aponta, para o caso da Bahia, mas que pode ser plenamente vislumbrado em São Carlos: o anseio da população negra após a abolição em retornar para sua terra natal, ou para onde estavam presentes membros de suas famílias, cruelmente separados pelo tráfico interprovincial que sustentou notadamente a escravidão no interior paulista até às vésperas da abolição. Outro elemento que contribuiu para o aumento da população branca e a diminuição da negra foi a imigração europeia, fortemente impulsionada pelo Estado e os fazendeiros locais, preocupados com a substituição da mão de obra escrava, mas também movidos pelo desejo de branqueamento da população brasileira. De qualquer maneira, no total, havia uma presença significativa de negros em São Carlos em 1907 e dos 4.816 indivíduos, 3.487 moravam no meio rural, exercendo inúmeras atividades nas diversas propriedades agrícolas do município ou como pequenos proprietários rurais, e 1.329 moravam no espaço urbano, ocupando um rol diversificado de profissões.

Como podemos perceber, a população negra que habitava o município de São Carlos em 1907 estava majoritariamente concentrada no meio rural, demonstrando que o campo também era uma opção de escolha para esses sujeitos, que podiam permanecer e voltar de acordo com suas vontades e necessidades. Segundo Hebe

Mattos (1987), os negros libertos eram atraídos pela vida no campo por diversos fatores, dentre eles o desejo pela manutenção da família, dos laços de parentesco e amizade, o cumprimento de acordos e contratos trabalhistas, o conhecimento dos serviços executados, o acesso à moradia e a um pequeno pedaço de terra para plantações de alimentos e criação de animais, que eram usadas para o consumo familiar e, em alguns casos, também comercializadas. No município, estes fatores certamente influenciaram os 3.487 indivíduos a optarem pela vivência de suas liberdades no meio rural, colocando por terra o discurso de que os negros deram preferência à vida no meio urbano no pós-abolição. Isso, porém não significa que ex-escravos de São Carlos tenham permanecido no campo após a abolição, pois os negros que habitavam o meio rural em 1907 podiam perfeitamente ser migrantes que para cá vieram motivados por inúmeros fatores. De qualquer maneira, acreditamos ser de extrema valia conhecermos os motivos que levaram uma pequena parte da população negra a escolher a cidade.

Em 1907, o município de São Carlos era regido pelo Código de Posturas que foi aprovado em 1905. De acordo com Renata Priore Lima (2008), esse código foi definido pela lei municipal de número 58 e mantinha muitos aspectos dos Códigos anteriores, trazendo, no entanto, uma mudança, segundo a autora, muito significativa para a cidade, a saber, o estabelecimento dos limites da área rural e urbana, sendo esta última subdividida em cidade e subúrbio. A cidade neste período já contava com alguns loteamentos mais populares, distintos e afastados dos espaços ocupados pela elite local e que perfaziam os arredores da igreja matriz, os quais, segundo Bortolucci (1991), eram ocupados por majestosos casarões ecléticos dos barões do café que ali mesclavam costumes rurais e urbanos.

Para as classes mais pobres foram criados, logo após a abolição da escravidão, os bairros Vila Nery, Pureza e Izabel, os quais, a nosso ver, surgiram em resposta ao medo das elites de que ocorresse uma migração em massa dos libertos para o espaço urbano com o fim da escravidão. Assim, evitando que eles ocupassem a região central, trataram logo de lotear espaços distantes para que os mesmos pudessem se estabelecer longe do perímetro elitizado. Certamente foi a partir da preocupação com o "perigo" que os libertos representavam para a elite branca, como destacou Maria Helena Machado (2010) em seu livro "O Plano e o Pânico", que surgiram os primeiros loteamentos no município, desprovidos de qualquer tipo de infraestrutura e embelezamento.

De acordo com Recenseamento Populacional produzido em São Carlos em 1907, o espaço urbano do município era formado pelos bairros Centro, Vila Izabel, Vila Pureza,

Vila Nery, Botafogo e Subúrbios, os quais agregavam, em maior ou menor número, homens e mulheres negros, que somavam 47% dos moradores na Vila Pureza, 41,71% na Vila Izabel, 30,13% na Vila Nery, 12,43% no Centro e 12,27% nos subúrbios. Ocupavam, assim, em maior ou menor número, todo o espaço urbano, se concentrando, porém, com maior representatividade nos bairros Vila Pureza, Vila Izabel e Vila Nery.

Desses bairros, homens e mulheres deslocavam-se diariamente para exercerem suas atividades profissionais na região central da cidade. Comumente desempenhavam atividades informais, tendo em vista que o racismo estruturante vigente fechava as portas ao trabalho formal para a maioria da população negra. Diante desse cenário, eram eles sapateiros, pedreiros, marceneiros, cozinheiros, vendedores ambulantes; e elas, lavadeiras, empregadas domésticas, vendedoras ambulantes, dentre outras.

Vale salientar que, apesar de ocuparem espacialmente locais distintos no espaço urbano de São Carlos, os homens e mulheres negros compartilhavam trajetórias similares e driblavam a sociedade republicana, tão racista quanto a imperial e a colonial. Os desafios que se colocaram eram materializados nas dificuldades de acesso ao trabalho formal, à educação e a outros direitos básicos, como saúde, moradia e alimentação. Eram destinadas aos negros e negras as atividades consideradas degradantes pelos brancos nacionais e muitos imigrantes. Além disso, enfrentavam a perseguição e criminalização de suas crenças, hábitos e práticas culturais. Estas, porém, como nos sugere vasta documentação, eram realizadas tanto no espaço doméstico como no espaço da rua. A rua era considerada o espaço da liberdade, mas de uma liberdade controlada, cerceada, constantemente monitorada. Mesmo assim, negros e negras recriaram seus espaços de vivência e encontros no espaço urbano, tais como clubes negros, escolas de samba e igrejas de santos negros.

Dos locais negros da cidade de São Carlos - SP que podiam ser usufruídos podemos destacar a Igreja de São Benedito (ver Figura 2) que, além de ser um espaço destinado aos cultos católicos, era o local para a realização do *footing* negro em seu adro. Inaugurada no final do século XIX, foi um dos primeiros lugares negros urbanos registrados no município. Símbolo da cultura e da resistência negras, ela foi cogitada pela irmandade de São Benedito. Sobre a sua fundação, nos conta a historiadora Leila Massarão (2013, p.1):

Em 1890, João Antônio Xavier, sacristão da Matriz e responsável pela Irmandade de São Benedito solicitou à Câmara Municipal a doação do terreno para a cons-

trução de uma capela em homenagem ao santo. Efetivada a doação teve início a construção da capela, com trabalhadores negros e brancos trabalhando conjuntamente e sob a coordenação do construtor italiano Domingos Marra. Em 1892, porém, por falta de recursos a obra foi paralisada, sendo retomada pouco depois pelos esforços em angariar doações do Tenente Francisco Cabral e Benedito José Gomes (ex-escravo, devoto de São Benedito). A primeira capela de São Benedito foi, assim, inaugurada em 30 de junho de 1897.



Figura 2: Igreja São Benedito. Fonte: Acervo FPMSC. São Carlos.

A praça de São Benedito, que abrigava a igreja e o jardim envoltório, tornou-se espaço de encontro da população negra, que passou também a frequentar o Cine Teatro São José, inaugurado nas primeiras décadas do século XX, defronte ao pátio da igreja. Vale salientar que esses locais também eram frequentados por brancos, majoritariamente imigrantes, que estabeleciam relações mais amistosas com os negros e negras da cidade.



Figura 3: Baile de carnaval no Clube Flor de Maio, década de 1960. Acervo Odila dos Santos Aguiar.

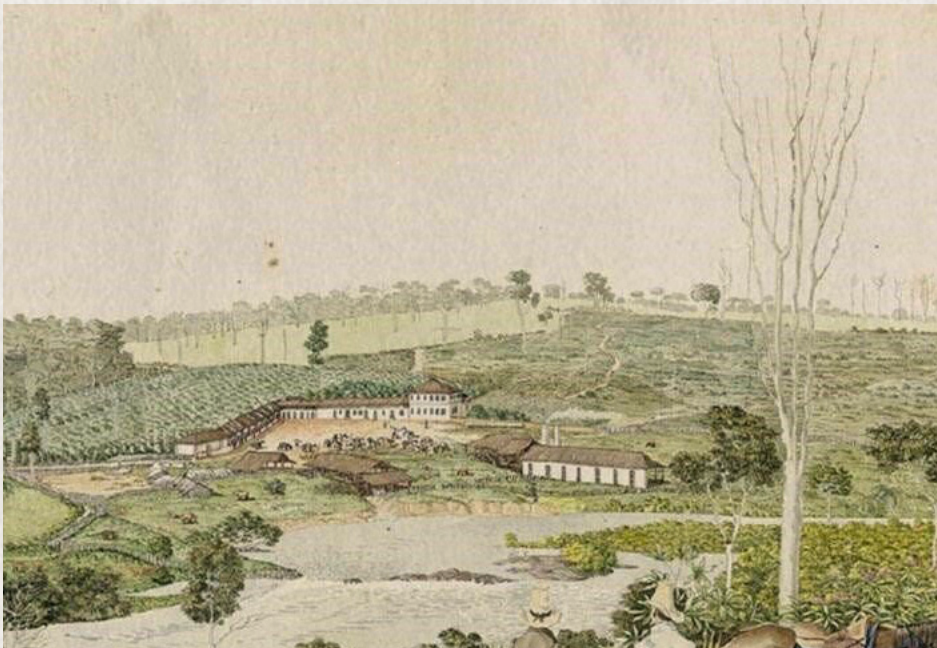


Figura 4 - Vista do Casarão do Salto Grande. Fonte: Vitor Menck, 2021.

Além da igreja, diante da impossibilidade de frequentar os clubes brancos locais, foram inaugurados alguns clubes negros na cidade, que culminaram na fundação do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio no ano de 1928 (Ver Figura 3). Foram responsáveis por sua criação trabalhadores negros empregados na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A construção de sua sede, cuja pedra fundamental foi lançada em 15 de novembro de 1948, demarcou espacialmente a consolidação do clube na cidade. Nesse local, negros e negras, divertiam-se nos finais de semana, em dias festivos e datas comemorativas. Dentre os eventos marcantes estavam o carnaval e o concurso de rainha do clube. Além disso, assim como grande parte dos clubes negros no país, o Flor de Maio atuou diretamente no desenvolvimento educacional de seus frequentadores.

O Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, fundado na cidade de São Carlos no dia 4 de maio de 1928, é sem sombra de dúvidas a materialização local desta injunção - da luta social dos afrodescendentes e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro - que tanto contribuiu, material e simbolicamente, para o desenvolvimento de nosso município. Sua idealização e edificação representam não só um importante capítulo da história da população negra em São Carlos como também do papel social desempenhado pelas companhias ferroviárias no interior paulista através da conformação de uma "elite negra" mais cônica de seus direitos e valores. Desempenhando um papel fundamental no processo de ressocialização e afirmação cultural da população negra na cidade de São Carlos, o Grêmio desde cedo ultrapassou o aspecto meramente recreativo e demonstrou sua vocação educacional e inclusiva, criando, ainda na década de 1930, uma escola de ensino primário aberta também para a população não afrodescendente (LOPES, 2011, p.1).

Por mais que esses locais fossem usados por uma parcela significativa da população negra, vale destacar que era no espaço doméstico, formado pela casa e quintal, que esses sujeitos encontravam espaço para manifestarem suas crenças, culturas e transmitir os seus saberes. A configuração do quintal como um lugar de resistência da gente negra é discutida no livro "Da senzala para onde? Negros e negras no Pós-abolição em São Carlos-SP (1880-1910)" (OLIVEIRA, 2018).



Figuras 5 e 6:
Engenho Salto Grande.
Fonte: Hércules
Florence, 1843.
Aquarela sobre papel.
Coleção Cyrillo
Hercules Florence.

Por fim, podemos afirmar que esses sujeitos se estabeleceram para além dos limites definidos pelas elites brancas e se apropriaram dos espaços das ruas, de alguns espaços públicos da cidade e de seus espaços de morar. Driblando uma constante conjuntura de discriminação e marginalização racial e espacial, eles se fixaram no núcleo urbano de São Carlos, fomentando a economia e a cultura locais, ainda que suas vivências estivessem mais restritas aos seus pares.

Americana: história e presença negra

Americana surge por volta de 1777 como distrito de Campinas, a partir de um povoamento nas áreas férteis entre os rios Jaguari e Atibaia, que formam o rio Piracicaba, onde vão sendo plantadas lavouras de cana-de-açúcar. Em 1799, a coroa portuguesa faz a doação da sesmaria da região, chamada de Salto Grande, a Domingos da Costa Machado, que durante as décadas seguintes dividiu suas terras entre seus herdeiros e vendeu outras áreas. Nessas terras foram construídas diversas fazendas, das quais a principal delas era a Fazenda Salto Grande (Ver Figura 4), no território adquirido por Manoel Teixeira Vilela. Tal propriedade foi edificada em 1810, por mão-de-obra negra escravizada em taipa-de-mão e taipa-de-pilão, para a armazenagem de cana-de-açúcar.

Estima-se que a Fazenda Salto Grande chegou a abrigar 223 negros escravizados, uma das maiores da região, ainda que no inventário de Antônio Manoel Teixeira, filho de Manoel, constem mais de 400 escravizados (TREVISAN *et al.*, 2019). Pouco se sabe sobre a trajetória dos negros escravizados trazidos por Manoel Teixeira Vilela, mas é possível afirmar suas atuações na formação econômica da cidade, além de sua presença nas atividades agrícolas e outros serviços. Segundo a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO, 2017), com a chegada dos imigrantes italianos para trabalhar nas lavouras, as senzalas adjacentes ao casarão foram destinadas a eles, colocando os negros em choças de pau a pique mais distantes que a senzala.

Carlos Lemos (1999) apresenta em seu livro "Casa Paulista" importantes reflexões acerca do então Engenho Salto Grande, o qual ele define como o único remanescente do que chama de "sobrado ortodoxo", que teria um programa incomum, sendo o térreo reservado para serviços e o pavimento superior à moradia isolada. O autor também descreve as aquarelas feitas por Hércules Florence, em 1834, como observado nas figuras 5 e 6, que representam o engenho em pleno funcionamento. Pelo lado externo pode-se observar "...uma tropa de burros, certamente à espera das caixas de açúcar fabricado no engenho, cujas chaminés estão fumegando e dizendo que as fornalhas estão acesas para o sofrimento dos escravos à volta dos tachos" (LEMOS, 1999, p. 84), já pelo lado interno justamente os escravos trabalhando nas fornalhas.

Desde 1977 o casarão sedia o "Museu Histórico e Pedagógico Municipal Doutor João da Silva Carrão", porém muito se questiona sobre seu caráter "histórico e pedagógico". Em entrevista concedida aos autores, Claudia Monteiro da Rocha Ramos¹, representando a

UNEGRO de Americana, conta como o espaço possui um projeto de ensino, didática e metodologia que não aborda a história do negro e do indígena, mas sim a do europeu.

Lá você encontrava só a vestimenta, que agora nem tá mais aberto o museu, só os móveis, e só uns instrumentos de utensílio da população branca, e aí o que tinha do negro lá, um pelourinho que foi implantado lá dentro do casarão, que não era nem o lugar, e aí que raio de história é esse de museu pedagógico? (RAMOS, 2021, sp).

Retomando a história de formação da cidade, passamos para os tempos do café. Com o rápido avanço das lavouras cafeeiras entre os anos 1840 e 1870 pela região conhecida como Velho Oeste Paulista (que compreende as cidades de Campinas, Limeira, Rio Claro e São Carlos), alguns sistemas começam a se formar na região, como a mecanização agrária, os sistemas de armazenamento das fazendas, surgindo a necessidade de um transporte mais rápido da região para o Porto de Santos.

Nos anos 1860 surge no Brasil grande incentivo na produção algodoeira, devido às demandas das fábricas inglesas que têm seus estoques prejudicados pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que ocorreu entre 1861 e 1865. Com o fim da guerra, os americanos voltaram a exportar algodão para a Inglaterra, tomando o lugar do Brasil no mercado internacional e, assim, provocando o surgimento das primeiras fábricas de tecido no interior do estado de São Paulo para suprir a oferta de algodão. Além disso, a abolição da escravidão nos Estados Unidos provoca descontentamento em muitos americanos sulistas que decidem emigrar para o Brasil, incentivados pelo Império Brasileiro que tinha interesse em causar o branqueamento da população.

Nesse contexto, uma série de fábricas de tecido vão surgindo na região, das quais a principal é a Fábrica de Tecidos e Vila Operária Carioba (nome que significa "pano branco" em tupi-guarani). Existem evidências de que houve trabalho escravo em Carioba. Segundo Ribeiro (2005, p.45), "localizou-se no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, um importante documento sobre locação de escravos, datado de 1887", referente aos proprietários da fábrica de tecidos, Clemente Wilmot, e da Fazenda Machadinho, de Basílio Bueno Rangel.

O documento citado refere-se ao adiantamento que o Senhor Clement Wilmot fazia para a alforria de nove escravos, sendo cinco homens e quatro mulheres, pertencentes aos senhores Basílio e José Bueno Rangel, proprietários da Fazenda Machadinho. A transação foi feita mediante o contrato no qual os escravos se

obrigavam a trabalhar durante três e quatro anos na Fábrica de Tecidos Carioba, nos dias úteis, recebendo em troca: moradia, alimentação e cuidados médicos, quando necessários (RIBEIRO, 2005, p.45).

Existem, ainda, registros sobre o pós-abolição dos negros de Americana, que se dividiram entre ficar trabalhando nas fazendas, praticando lavouras de subsistência, ou se dirigindo aos centros urbanos, ocupando postos de trabalho periféricos. A fábrica de tecidos Carioba encerra suas atividades em 1896 e permanece fechada até 1901, quando é arrematada pelo alemão Franz Müller, sendo reinaugurada no ano seguinte. Segundo a UNEGRO (2017), relatos apontam que a presença negra em Carioba se torna menos frequente nessa época, pois a nova família não gostava de "gente de cor", tendo pouca oportunidade de trabalho na fábrica, demonstrando que, assim como em grande parte do território nacional, a maioria da população negra no pós-abolição foi alijada dos trabalhos formais.

No que tange à ocupação da população negra no pós-abolição, em entrevista, Claudia Monteiro nos conta que as informações sobre quais espaços ocuparam são muito fragmentadas, mas há relatos de que os negros moraram no bairro Conserva em meados do século XIX, pois eram a mão de obra na construção dos trilhos da linha férrea, que passa ao lado do bairro. A única ocupação negra notável no centro foi na rua Capitão Corrêa Pacheco, uma rua curta que foi conhecida como Pito Aceso, porém posteriormente essas famílias negras foram expurgadas do local, que hoje é uma rua comercial do centro.

Dadas tais informações, buscamos mapear os bairros que atualmente possuem maior concentração de população negra na tentativa de compreendermos como ocorreram, historicamente, os deslocamentos internos consequentes das expulsões citadas. A partir da entrevista com a UNEGRO, pudemos ilustrar essa ocupação com o mapa na figura 7. De modo geral, observa-se que os bairros que possuem maior concentração da população negra se encontram nas periferias da cidade, isto é, afastados do centro em todas as direções, nos limites da cidade. Dentre os bairros mapeados, destacamos três: o Jardim dos Lírios, a Vila Mathiesen e o Antônio Zanaga.

Os bairros vizinhos, Jardim dos Lírios e Vila Mathiesen, possuem a maior concentração de população negra na cidade e são duas das ocupações mais antigas dentre as citadas, sendo ocupadas por volta das décadas de 1940 e 1950. Relatou-se que até o início dos anos 1990, o bairro constituía uma favela quando passou por um processo de "desfavelização", empreendido pela prefeitura, e, segundo Manuela Lage (2010), muitas das novas habitações utilizaram o sistema de mutirão. Os bairros sofrem forte depreciação entre os bairros vizinhos de classe média, sendo relacionados ao crime, ao tráfico, à miséria, aos

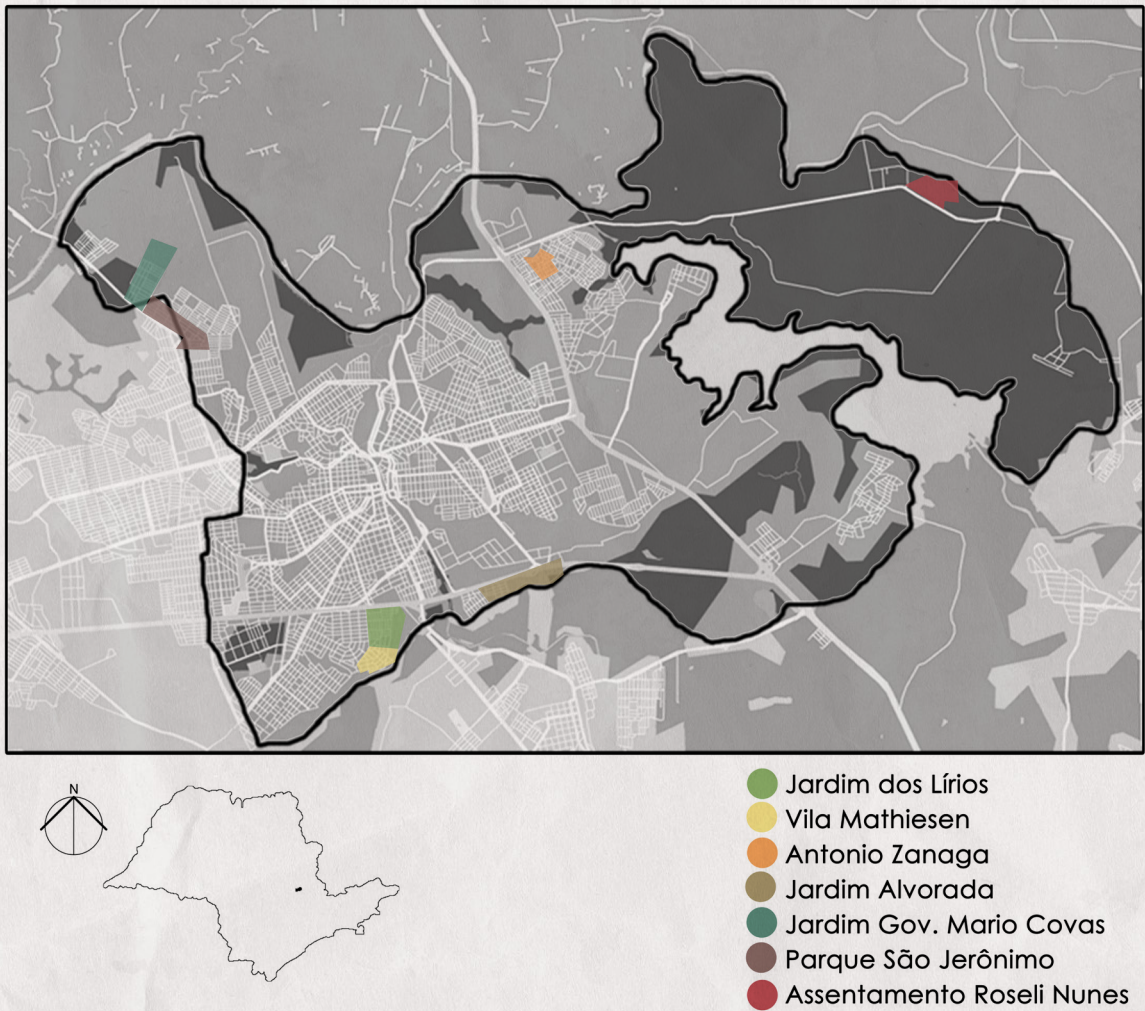


Figura 7 - Bairros de maior concentração da população negra. Fonte: Vitor Menck, 2021.

estereótipos racistas construídos ao longo da história brasileira. O Jardim dos Lírios, por exemplo, é apelidado de “Jardim dos Tiros”, associando os conceitos abstratos de classes pobres e classes perigosas² e, assim, mantendo uma política de repressão.

O bairro Antônio Zanaga se localiza próximo ao casarão Salto Grande e, portanto, também é um bairro periférico que surgiu no início do desenvolvimento da cidade, tendo uma presença marcante da população negra. O bairro se constitui a partir das novas leis de uso e ocupação de solo da década de 1970 como uma subcentralidade, haja vista seu acelerado crescimento nesta época e a grande distância do centro da cidade. Ainda nessa década, em 1978, foi construído o Conjunto Habitacional Antônio Zanaga I pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) de Campinas, o primeiro empreendimento habitacional do município, já em 1980 foi entregue o Conjunto Habitacional Antônio Zanaga II.

Mas o problema habitacional de Americana não parecia sanado, pois grande parte das famílias que estavam em situação precária não tinha renda suficiente para entrar em um financiamento da COHAB - Campinas. Uma das maneiras encontradas para amenizar a situação foi o PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), que através de recursos do BNH (Banco Nacional de Habitação) financiava a produção de lotes urbanizados com infra-estrutura básica. Foi por esse caminho que Americana em 1979 a 1983 entrega 683 lotes com apenas o módulo do banheiro construído (LAGE, 2010, p.84).

Com relação às práticas culturais e tradicionais, é essencial comentar o legado de Silvia Barros (1958-2009). Militante do movimento negro, ela criou a ONG Arte de Vencer e o projeto Tambor Menino, que levava a dança e a cultura negras para bairros como o Vila Mathiesen e o Jardim dos Lírios. A ONG também tinha projetos que ajudavam crianças em situação de vulnerabilidade social e mulheres na prostituição.

Até o início da década de 1980, os negros eram proibidos de entrar nos clubes da elite da cidade, tais como o Rio Branco, Veteranos e o do Bosque. Em resposta foram criados os clubes negros, dos quais Claudia Monteiro cita um na Av. Nove de Julho e outro no Bairro Conserva, que, como escrito anteriormente, foi um bairro de ocupação negra no passado. Esses espaços foram apelidados de "risca faca" e hoje não existem mais. Também por consequência do não acesso dos negros aos clubes, Silvia Barros e sua mãe criaram o carnaval de rua na cidade, o que demonstra a importância cultural que o espaço da rua pode assumir.

Outras manifestações de cultura negra que podem ser citados são as capoeiras Motta, Maguila e Abadá, o grupo de maracatu Estação Quilombo, o Centro Cultural Candeeiro que reúne práticas do Jongo, o Cacuriá, o Maculelê, o Samba de Roda, a Catira, o Xaxado, o Coco de roda, a Cenopoesia e outras, a escola de samba Acadêmicos do Salto Grande e os grupos de hip hop do Garrafão. No que concerne às religiões, Pedro Monteiro nos conta na entrevista realizada com a UNEGRO, que não existem terreiros de Candomblé na cidade, mas existem alguns terreiros de Umbanda, dentre os quais o Terreiro de São Domingos é o mais antigo e tradicional e, além dele, há também o Tenda do Caboclo, o Recantos dos Orixás, entre outros. Todos esses espaços preservam aspectos da cultura africana e afro-brasileira e devem ser mapeados e registrados a fim de se compreender a relação do espaço urbano com as práticas culturais e tradicionais das populações negras de Americana e, de certa forma, como isso pode se relacionar com todo o contexto nacional.

Considerações finais

As análises empreendidas nesse artigo nos convidam a revisitar as histórias das populações negras no pós-abolição, marcadas fortemente pela possibilidade de migrar de acordo com seus interesses e possibilidades. Agentes de seus destinos e sem nenhum tipo de amparo por parte do estado, coube a homens e mulheres negros, desenvolverem estratégias de enfrentamentos às ações de exclusão empreendidas tanto pela população branca quanto pelo poder público.

Além dos enfrentamentos sociais, políticos, econômicos, profissionais e culturais que marcam as trajetórias da população negra nos municípios analisados, destacamos os enfrentamentos territoriais, fruto principalmente das ações de engenheiros, arquitetos, governantes e médicos sanitaristas que empreenderam a partir do final do século XIX uma varredura das populações negras das regiões centrais. Amparados no racismo científico, nos códigos de posturas e nos discursos higienistas e sanitaristas o nascente urbanismo brasileiro teve como alvo os corpos negros, como nos sugere Andreino Campos (2005). Henrique Cunha Júnior (2019) aponta que o espaço urbano expressou as contradições da sociedade racista no início do século XX. Em resposta às práticas segregacionistas e discriminatórias executadas pelo Estado e pela sociedade civil, as populações negras empreenderam uma série de ações de resistência. Dentre elas, destacamos as organizações familiares que se empenharam em preservar suas práticas culturais e religiosas em seus espaços habitacionais. Atividades como festas, danças, cantorias, capoeira e o candomblé encontram certa segurança para serem praticadas nos espaços privados dos quintais negros urbanos.

Dessa forma, fica evidente, nas cidades analisadas, que a população negra lançou mão de alternativas múltiplas para se apropriar de uma cidade urbanisticamente planejada para marginalizá-la. Edificaram seus clubes, igrejas e irmandades e fomentaram as regiões centrais desenvolvendo suas habilidades profissionais. Além disso, transformaram seus espaços culturais e de morar em redutos quilombolas carregados de africanidades, preservadas e transmitidas, principalmente por meio da oralidade. Assim como seus ancestrais, ressignificaram e africanizaram suas trajetórias frente às violências a eles imputadas.

Notas

1 Foi identificado na cidade de Americana um importante grupo de representantes negros, a União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO) de Americana, que fazem um trabalho de representação e de estudo da população negra na cidade e na região. Realizou-se uma entrevista virtual pela plataforma Google Meet, no dia 22 de maio de 2021, com representantes do movimento, incluindo a presidenta do grupo, Claudia Monteiro da Rocha Ramos, e dois membros, Pedro Monteiro e Isabella Monteiro. A entrevista contou com um roteiro de questões elaboradas acerca do histórico do movimento, sua constituição e contribuições, além do histórico da cidade e experiências atuais na perspectiva racial da existência e da cultura, acrescidas de questões que surgiram durante a entrevista.

2 Essa definição surge no século XIX e dita as políticas de repressão fora dos limites de trabalho no pós-abolição, numa lógica em que todo cidadão pode ser suspeito até que prove o contrário, mas alguns são mais suspeitos do que outros, incluindo a população negra (CHALHOUB, 2004).

Referências

BORTOLUCCI, M. Â. **Moradias Urbanas Construídas em São Carlos No Período Cafeeiro**. São Paulo: FAU-USP. Tese de Doutorado, 1991.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHALHOUB, S. Cortiços In: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

COSTA, E. V. da C. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA JUNIOR, H.; BIÉ, E. F. **Bairros negros, cidades negras**. Editora Via Dourada, 2019.

DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)**. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FILHO, W. R. F. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, F. dos S. *et al.* **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda. 2ª edição, 2006.

LAGE, M.R. **Americana: as áreas habitacionais sociais na conformação do território urbano**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) -Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Campinas, 2010.

LEMOS, C. A. C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, R. P. **Limites da Legislação e o (des) controle da expansão urbana: São Carlos (1857-1977)**. São Carlos: Edufscar, 2008.

LOPES, R. S. **Parecer circunstanciado referente ao Tombamento do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio** - Processo 57/2011. São Carlos, 2011.

MASSARÃO, L. M. **Igreja São Benedito**. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, dpd-fpmc, 2018. (Texto não Publicado)

MACHADO, M. H. **O Plano e o Pânico**. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFSJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, H. M. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil Contemporâneo**. Editora Global, 2009.

OLIVEIRA, J. D. **Da senzala para onde: negros e negras no pós-abolição em São Carlos (1880-1910)**. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2018.

RIBEIRO, M. J. F. de A. **Memória, imigração e educação - fábrica de tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX**. 2005.

ROLNIK, R. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)**. Texto escrito em 1989 e publicado pela primeira vez na Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 - CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

TREVISAN, G. S., GUEDES, E. C., BOCARDI, J. L. R., & FELTRIN, M. S. Americana-SP, uma história entre rios. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 27, n. 1, p. 155-172, 2019.

UNEGRO - AMERICANA. **Os negros na história de Americana**. Americana, 24, jan. 2017. Facebook: Unegro - Americana. Disponível em: www.facebook.com/UnegroAmericana/. Acesso em: 01/03/2021.

WEIMER, G. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. EDIPUCRS, 2014.

TILKIAN, R.; TRUZZI, O. Mário S.; NUNES, P. R. **Café, Indústria e Conhecimento - São Carlos, uma história de 150 anos**. São Carlos: Edufscar, 2010.

